

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.991 - RO (2018/0340957-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : THIAGO RODRIGUES DA CUNHA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça de Rondônia, mantendo o reconhecimento da prática de falta grave (participação em movimento para subverter a ordem ou a disciplina) pelo apenado THIAGO RODRIGUES DA CUNHA, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 84):

Agravo em execução penal. Falta grave. Apuração. Competência Autoridade administrativa. Art. 47 da Lei de Execução Penal. Alteração da data-base para concessão de benefícios. Súmula 534 do STJ. Procedimento administrativo. Ampla defesa e contraditório. Observância. Manutenção das sanções.

A apuração de conduta faltosa pelo detento, da qual resulta a declaração formal da ocorrência de falta grave, é atribuição reservada ao diretor do estabelecimento prisional, não se inserindo nas atribuições da autoridade judiciária, a quem compete tão somente analisar os aspectos de validade e legalidade da decisão administrativa e aplicar os consectários legais. Exegese do art. 47 da Lei de Execução Penal.

O reconhecimento de falta grave, desde que devidamente precedido de procedimento administrativo disciplinar em que assegurada a ampla defesa e o contraditório ao apenado, pode ensejar a alteração da data-base para concessão de benefícios e a regressão do regime prisional, nos termos da Súmula n. 534 do STJ.

Nas razões do recurso especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a Defensoria Pública violação dos arts. 57 e 127 da Lei de Execução Penal.

Sustenta, em síntese, que o reconhecimento da falta grave deu-se com base em argumentos genéricos, sem a análise específica e

individualizada do caso concreto.

Prossegue dizendo que a conduta do agravante encontra-se amparada pela inexigibilidade de conduta diversa, em face de ameaças de morte que vinha sofrendo.

Insurge-se, ademais, contra a decretação da perda dos dias remidos, no percentual de 1/6 (um sexto), argumentando que se trata de mera faculdade atribuída ao julgador e que "a falta grave reconhecida não possui qualquer relação com as atividades que eventualmente foram desempenhadas para a obtenção da remição". (e-STJ fl. 105)

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, a fim de que seja reconhecida a nulidade do *decisum* por ausência de fundamentação com a absolvição do recorrente.

Contra-arrazado (e-STJ fls. 111/115) e admitido (e-STJ fl. 118), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não conhecimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 128):

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. FALTA GRAVE. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

- *Os dispositivos supostamente violados - arts. 57 e 127 da LEP - não foram objeto de exame pela Corte Estadual, e o recorrente não opôs embargos declaratórios para suprir eventual deficiência. Diante disso, incidem nas hipóteses as Súmulas 282 e 356 do STF.*
- *A pretensão do recorrente de afastar a caracterização da falta grave exige reexame dc provas, o que é incabível na via especial a teor da Súmula 7/STJ.*
- *Parecer pelo não conhecimento do recurso especial.*

É o relatório. Decido.

Sem razão o recorrente.

O recurso especial não é a via adequada para apreciar o pedido

de absolvição da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado, nesta oportunidade, a teor da Súm. n. 7/STJ.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA DE NATUREZA GRAVE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA NÃO TRATADA NO DECISUM IMPUGNADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese vertente, conforme registrado pela Corte de origem, a falta grave foi reconhecida mediante a instauração de processo administrativo disciplinar no qual foram assegurados o contraditório e a ampla defesa ao reeducando.

2. Em sede de habeas corpus, inviável afastar os fundamentos fáticos apontados pelas instâncias ordinárias para o reconhecimento da gravidade da infração e/ou sua absolvição, pois demandaria o reexame de matéria fático-probatória.

3. Além do mais, no que tange à alegação de que uma testemunha presencial do fato apurado no PAD, apesar de tempestivamente arrolada e qualificada, não foi ouvida, ressalte-se que tal matéria não foi tratada no decisum impugnado, o que atrai a aplicação da Súmula 182 desta Superior Corte de Justiça: É inviável o agravo regimental que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 370.647/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE DA IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA MÉDIA. IMPROCEDÊNCIA. DESRESPEITO A SERVIDORES DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. ARTS. 39, II, E 50, VI, DA LEP. FALTA GRAVE CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - O paciente teve contra si reconhecida a prática de falta disciplinar de natureza grave por inobservância do dever de respeito às pessoas com quem deve se relacionar. O referido comportamento enquadra-se nos termos do art. 39, II, e art. 50, VI, da LEP.

III - Havendo a instância ordinária, de modo fundamentado e com remissão a elementos concretos presentes nos autos, concluído que estaria configurada a referida falta disciplinar grave, entender de modo contrário ou entrar em maiores considerações acerca da desclassificação ou absolvição da conduta implicaria necessário revolvimento do acervo fático-probatório, impossível nesta via estreita, de cognição sumária.

Habeas corpus não conhecido. (HC 401.020/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA DOS OBJETOS APREENDIDOS. ART. 158 DO CPP. MATÉRIA NÃO TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE N. 282 DA SÚMULA DO STF. PRETENSA ABSOLVIÇÃO. CONCLUSÃO QUE EXIGE REVOLVIMENTO DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A ausência de manifestação pela Corte recorrida acerca da violação ao art. 158 do Código de Processo Penal e da necessidade de laudo pericial para atestar a potencialidade lesiva o objeto apreendido em posse do recorrente inviabiliza o seu exame por este Tribunal Superior, a teor do que dispõe o enunciado n. 282 da Súmula do STF.

2. Rever o entendimento estabelecido no acórdão objurgado quanto à autoria da falta grave requer, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, circunstância vedada nesta sede superior, a teor do enunciado sumular n. 7 deste Superior Tribunal.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1452678/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 15/06/2015)

Com relação à perda dos dias remidos, observo que o Tribunal *a quo* não se pronunciou a respeito do tema, atraindo a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

A propósito do tema:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO CABIMENTO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 112, CAPUT, E 118, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 7.210/1984. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Não cabe a esta Corte se manifestar, em sede de recurso especial, sobre a alegada violação, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

II - No que diz respeito à alegação de violação aos arts. 112, caput, e 118, caput, ambos da Lei n. 7.210/1984, de igual maneira, identifico que o recurso não merece acolhimento, pois tal matéria não foi objeto de debate pelo Colegiado a quo quando da apreciação do agravo em execução penal, o que inviabiliza o conhecimento do pedido em sede de recurso especial, devido à ausência de prequestionamento, haja vista o disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF.

III - É inadequada a pretensão de concessão de habeas corpus de ofício com intuito de superar, por via transversa, óbice(s) reconhecido(s) na admissibilidade do recurso interposto.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1108487/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC, c/c art. 255, §4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

